

Trabalho e padrões de desenvolvimento: o trabalho docente no ensino superior privado no contexto da acumulação flexível em Campina Grande-PB

Nadine Gualberto Agra

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (Uepb)

Recebido: 13/06/2016 Versão revisada (entregue): 25/06/2016 Aprovado: 28/06/2016

Resumo

O presente artigo tem como foco de análise o trabalho docente no ensino superior privado inserido no contexto de transformações no modo de regulamentação do capitalismo mundial a partir dos anos 1970. Seu objetivo é apreender como vêm se configurando as formas de controle e formação de consentimento docente nas instituições privadas de ensino superior de Campina Grande/PB. Como metodologia de pesquisa, além do levantamento bibliográfico, foram realizadas entrevistas com docentes, bem como pesquisa junto aos órgãos de regulamentação do trabalho e Sindicato Docente, além de levantamento dos dados estatísticos. Diante da pesquisa realizada, pôde-se perceber um processo de consolidação de um novo ramo de atuação do capital comandado pelo Estado, a partir do qual o ensino superior assumiu caráter de mercadoria e o trabalho docente adotou a natureza de trabalho proletarizado e produtivo, atrelado ao processo de subsunção real da vida social ao capital. Como tal, este nível de ensino está submetido às técnicas da gerência moderna de captura da subjetividade do trabalho, que induzem a formação de consentimento e conformismo entre os docentes, alimentados pela disciplina do medo.

Palavras-chave | Campina Grande; empresariamento; ensino superior; trabalho docente.

Código JEL | I21; J24; O15.

WORK AND DEVELOPMENT STANDARDS: TEACHING WORK IN PRIVATE HIGHER EDUCATION ON THE CONTEXT OF FLEXIBLE ACCUMULATION IN CAMPINA GRANDE-PB

Abstract

This research improves the analysis on professors' work focused on private higher education establishments, placed in the changes of capitalism regulation mode from the 1970's. The goal is to understand how the ways of control and formation of professor's consent on higher education in private institutions from Campina Grande (Paraíba, Brazil). As a research

methodology, in addition to literature review, interviews were conducted with actual and former professors. In addition, research in labor courts, Ministry of Labor and Union Lecturer was conducted. Besides, Higher Education Census data were raised through Federal Information Access website. This survey revealed a consolidation process of new branch in the capital operations commanded by the state. So, higher education takes a merchandise character and teaching profession adopted a proletarianised and productive work nature, tied to the social life's real subsumption process to the capital. Thus, private higher education is subjected to modern techniques of labor subjective management, which induce consent and conformity among professors, fueled by fear discipline.

Keywords | Campina Grande-PB; entrepreneurship; higher education; teaching.

JEL-Code | I21; J24; O15.

TRABAJO Y PADRONES DE DESARROLLO: EL TRABAJO DOCENTE EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR PRIVADA EN EL CONTEXTO DE LA ACUMULACIÓN FLEXIBLE EN CAMPINA GRANDE-PB

Resumen

Esta investigación se centra en el análisis del trabajo docente en la educación superior privada inserto en el contexto de transformación del orden regulador del capitalismo mundial a partir de la década de 1970. Su objetivo es comprender cómo se han ido desarrollando las formas de control y formación de consentimiento docente en las instituciones privadas de educación superior Campina Grande-PB. Como metodología de la investigación, se ha realizado de revisión de la literatura, entrevistas con profesores, investigación en los órganos reguladores del trabajo y sindicato docente y también levantamiento de datos estadísticos. A partir de la investigación, se pudo ver un proceso de consolidación de un nuevo ramo de actuación del capital comandado por el estado, a partir del cual la educación superior ha asumido carácter de mercancía y el trabajo docente ha tomado la naturaleza de trabajo proletarizado y productivo, vinculado al proceso de subsunción real de la vida social al capital. Como tal, este nivel de educación está sometido a las técnicas de gestión modernas de captura de la subjetividad del trabajo, que inducen la formación de consentimiento y conformismo entre los docentes, alimentados por la disciplina del miedo.

Palabras-clave | Campina Grande-PB; espíritu empresarial; educación superior; trabajo docente.

Código JEL | I21; J24; O15.

Introdução

O desenvolvimento capitalista oscilante entre fases de expansão e crise requer que novos padrões de desenvolvimento sejam criados e recriados, de modo que, após períodos de baixa lucratividade, o processo de reprodução ampliada do capital tenha continuidade, mesmo que sobre nova configuração econômica, social,

política, jurídica ou administrativa. Desse modo, na perspectiva da análise dos modos de regulamentação do capital, o presente artigo¹ tem como objetivo apreender como vêm se configurando as formas de controle e formação de consentimento docente nas instituições de ensino superior privadas de Campina Grande/PB, num contexto de transformação do padrão de desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, no mundo do trabalho.

O ensino superior privado, nos marcos desse artigo, portanto, foi analisado como um fenômeno social inserido no contexto de esgotamento do padrão de desenvolvimento fordista/keynesiano, iniciado no capitalismo central nos anos 1970, quando a implementação da Reforma do Aparelho do Estado passou a conformar a expansão do mercado nas mais variadas esferas da vida em sociedade. Processo esse denominado por Harvey (2006) de acumulação flexível, a partir do qual o ensino superior assumiu o papel de produtor subordinado do conhecimento e o saber adquiriu o status de mercadoria-chave, pela necessidade de renovação permanente de tecnologias como requisito primordial de vantagens competitivas das grandes empresas, bem como por ser o ensino superior o *locus* de formação de um novo tipo de trabalhador mais adequado às demandas empresariais.

A expansão do ensino superior privado, aqui chamado de empresariamento do ensino superior, segundo terminologia adotada por Neves e Fernandes (2002), representa o principal resultado do projeto de diminuição do Estado como mantenedor do ensino superior, deixando, assim, o nível de ensino mais rentável e de retorno mais rápido livre à iniciativa privada. Seguindo o contexto nacional, Campina Grande/PB, base empírica para apreensão do objeto de pesquisa, insere-se nesse processo no final dos anos 1990, por iniciativa de grupos políticos e industriais que se voltaram para o novo ramo de negócios.

A partir do exposto, o presente estudo buscou responder a seguinte questão: no contexto de acumulação flexível, diante das atuais tendências do mercado de trabalho e do avanço do capital no setor de ensino superior, como vem se configurando, a partir do final dos anos 1990, as relações de trabalho docente nas instituições de ensino superior privadas de Campina Grande/PB, notadamente, no que diz respeito às formas de controle e captura da subjetividade às quais está submetido este trabalho?

No tocante à articulação entre teoria e empiria, foram adotadas as ideias gramscianas de controle, resistência e consentimento (GRAMSCI, 2008), além de

¹ Os resultados aqui apresentados derivam da tese de doutorado intitulada “Trabalho docente no ensino superior privado em Campina Grande/PB: controle, resistência e formação de consentimento”, defendida, em junho de 2015, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

procurar embasamento nas questões teóricas acerca do trabalho no setor de serviços, tomando como base os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo elaborado pelos clássicos da economia política. Nos marcos da sociologia do trabalho, o pensamento clássico foi estendido a partir das tentativas recentes de ampliação do conceito de classe trabalhadora e do debate atual em torno do resgate da subjetividade do trabalhador.

Em termos da metodologia utilizada para se alcançar o objetivo de pesquisa proposto, foram entrevistados 28 professores de ensino superior, entre professores em exercício, egressos, coordenadores e ex-coordenadores de instituições de ensino superior privadas de Campina Grande/PB, mesclados entre as ciências sociais aplicadas, ciências exatas e a área de saúde, de modo que a heterogeneidade da categoria ficasse bem representada. Tendo esbarrado no “medo” de falar dos entrevistados, quando as respostas se tornaram evasivas, não oferecendo um retrato nítido da realidade do trabalho docente, procurou-se outras fontes de pesquisa, a saber: denúncias e Termos de Ajustamento de Conduta no Ministério Público do Trabalho (MPT), reclamações trabalhistas junto à Justiça do Trabalho e Convenções Coletivas do Trabalho e termos de rescisão de contrato de trabalho no Sindicato dos Trabalhadores de Estabelecimento Privados Religiosos Beneficentes Filantrópicos de Ensino do Agreste da Borborema (SINTENP).

Quanto à organização do presente texto, num primeiro momento, serão expostas as questões teóricas centrais da pesquisa, no que diz respeito ao trabalho no setor de serviços, a ampliação do conceito de classe trabalhadora e as novas formas de controle sobre o trabalho. Para, em seguida, retratar o trabalho docente nos seus mais variados aspectos, remuneração, perfil dos docentes e questões gerais de condições e relações de trabalho dos docentes de instituições privadas em Campina Grande/PB. Por fim, nas considerações finais será evidenciada a natureza do trabalho docente em instituições privadas no contexto da acumulação flexível.

O trabalho no setor de serviços: novas definições e classificações

Inicialmente, faz-se necessário um breve esforço de delimitação dos conceitos que nortearam o entendimento do trabalho docente em instituições de ensino superior privadas. Por se tratar de uma produção imaterial, o ponto de partida escolhido para discussão teórica foi o debate clássico sobre trabalho produtivo e improdutivo, o que abre espaço para a compreensão da natureza do trabalho no setor de serviços.

A ideia de trabalho produtivo e improdutivo surgiu nos marcos da economia política clássica, basicamente quando Adam Smith buscava identificar a determinação do valor das mercadorias. Segundo Smith (2003), o tempo de

trabalho determinava o valor das mercadorias, porém, apenas do trabalho produtivo, ou seja, o trabalho do manufatureiro que acrescentava valor ao objeto no qual era aplicado, resultando, assim, num produto palpável. Com a venda do objeto produzido, o patrão teria condições de restaurar os custos salariais e ainda auferir lucro, por isso, era um trabalho produtivo.

Karl Marx se inseriu no debate acerca da determinação do valor das mercadorias, também considerando ser o tempo de trabalho o principal determinante desse valor, porém, adotando como parâmetro definidor da produtividade do trabalho o fato desse ser produtor ou não de valor excedente. Dessa forma, é produtivo aquele trabalho que produz mais-valia. Para o patrão, é trabalho que aumenta sua riqueza, sendo trocado por dinheiro enquanto capital; por outro lado, para o operário, é trabalho que reproduz o valor da sua força de trabalho (MARX, 1978).

Smith e Marx observaram o nascimento da sociedade industrial, motor do crescimento acelerado na economia inglesa naquele momento. Por isso, o trabalho no setor de serviços foi deixado em segundo plano em termos de análise. Smith (2003) entendeu o trabalho de um serviçal (como chamava os prestadores de serviços) como improdutivo, pois, não sendo materializado num objeto vendável, nunca restauraria o capital adiantado pelo capitalista. Marx segue a lógica do trabalho no setor de serviço como assalariado, porém, improdutivo, por pertencer a uma forma de transição ainda pouco subsumida ao capital, sendo assim, propôs fazer caso omissivo do trabalho nesse setor, tendo em vista a magnitude insignificante se comparado ao volume da produção industrial². Na perspectiva de Marx, serviço é apenas quando se compra o trabalho para consumi-lo como valor de uso (MARX, 1978, 1987).

O pensamento de Marx, portanto, foi utilizado por Henry Braverman (1987) na intenção de atualizá-lo. Observando as mudanças da sociedade norte-americana no contexto do capital monopolista, Braverman tinha como objetivo central identificar as formas de controle da força de trabalho nos moldes tayloristas, porém, ao discutir a padronização do trabalho nos escritórios ofereceu grande contribuição para o presente objeto de estudo à medida que passou a entender os serviços como uma fonte de lucro para a capital.

Segundo o autor, a constituição do mercado universal, remetendo-se a transformação de toda sociedade num imenso mercado, permitiu que o capitalismo invadisse o setor de serviços. Nesse momento, o trabalho em serviços, nas suas mais variadas formas, entrou para o reino do trabalho abstrato, ou seja, deixou de ser considerado trabalho improdutivo, sendo, portanto, trabalho

² Com o crescimento quantitativo do setor de serviços, o pensamento de Marx e o trabalho como categoria de análise passou a ser questionado. Ver: Cocco (2013), Gorz (2005), Lazzarato e Negri (2013), Lazzarato (2013), Offe (1989a, 1989b).

produtor de mais-valia, visto que, para o capitalista o que importa não é a forma de trabalho, mas a diferença do que paga e do que recebe ao final da produção da mercadoria ou do serviço prestado.

A compreensão do trabalho docente no ensino superior privado requer, ainda, o esforço de trazer para o debate autores que ofereçam uma noção ampliada de classe trabalhadora, visto que, nos escritos clássicos, essa é retratada pelos operários assalariados do setor industrial mecanizado. Tal contribuição foi oferecida por Toledo (2009, 2013), ao elaborar o conceito de trabalho não-clássico, por perceber que há configurações de trabalho que não se conformam exatamente à teorização do trabalho industrial. Sendo assim, dedicou-se a ampliar os eixos analíticos do processo de trabalho. Primeiramente, amplia o eixo do controle sobre o trabalho, incluindo a participação do cliente e de outros atores (comércio ambulante, vizinhos, policiais, inspetores) no processo de trabalho. Segundo, amplia o eixo que chama de construção social da ocupação ou a ampliação do conceito de mercado de trabalho, que passa a englobar não apenas oferta e demanda, mas as instituições e redes sociais que medeiam o encontro entre capital e trabalho. Por fim, amplia o eixo da regulação das relações capital/trabalho, considerando não apenas as normas trabalhistas e previdenciárias, mas as sanitárias, de policiamento, de trânsito, civis e até penais.

A partir da ampliação dos eixos analíticos, definiu o trabalho não-clássico, através daquilo que chamou de dimensões, quais sejam: primeiro, a dimensão simbólica; segundo, a dimensão interativa, por incluir o cliente e outros autores no processo de criação simbólica, o que remete a dimensão subjetiva, por envolver aspectos cognitivos, emocionais, moral, entre outros, por fim, o trabalho não-clássico apresenta uma terceira dimensão, a sobreposição entre o espaço de trabalho e outros espaços da vida, como, por exemplo, a casa do trabalhador que passa a ser invadida como ambiente de trabalho, a exemplo do trabalho do professor (TOLEDO, 2009, 2013).

Tendo adotado a noção ampliada de classe trabalhadora, ou seja, não apenas o proletariado industrial, mas todas os trabalhadores que vivem da venda da força de trabalho, seja na indústria ou nos serviços, faz-se necessário, a partir de então, caminhar no sentido de ampliar as ideias em torno das formas de controle sobre o trabalho, o que se passa a demonstrar no próximo item.

Novas formas de controle para uma classe trabalhadora ampliada

Desde os estudos clássicos de Marx, especificamente, quando discutiu a subsunção formal e real do trabalho ao capital³, as diversas formas de controle do trabalho vêm sendo renovadas e modernizadas. Tendo como foco central de análise formas de controle e formação de consentimento no trabalho docente, a discussão que ora se propõe é de fundamental importância para apreensão do citado objeto de pesquisa, especialmente os escritos de Antonio Gramsci, que forneceram o fio condutor para elaboração da pesquisa. Nesse sentido, a ideia central implícita é o conceito gramsciano de hegemonia.

Para Gramsci (2011), o capitalismo precisa formar uma vontade coletiva, não podendo se utilizar unicamente dos instrumentos de coerção, pois incorre no risco de perder legitimidade. Assim, busca a formação de consentimento em torno das ideias da classe dominante. Logo, o Estado ampliado de Gramsci é coerção e consentimento; é ditadura, mas também hegemonia, posto que cabe ao Estado a tarefa educativa e formativa do conformismo social, bem como da criação de uma liderança de caráter econômico, intelectual, ideológico, cultural e moral – a hegemonia. Hegemonia, porém, pressupõe luta, consenso e resistência, ideias dominantes e subalternas em contradição.

Gramsci trabalhou a noção de hegemonia no ambiente de trabalho na sua obra *Americanismo Fordismo* (GRAMSCI, 2008), onde retratou o modelo de produção fordista como a conformação de um novo tipo de homem às necessidades da indústria. Na verdade, um período de opressão sem violência, de adaptação psicofísica do trabalhador ao modelo de acumulação vigente via altos salários, garantia de direitos sociais e difusão de ideologias puritanas, que racionalizaram os institutos sexuais, o ímpeto pelo consumo de bebida alcoólica e ampliaram as margens de passividade social. O fordismo, portanto, representa a hegemonia que ultrapassou os limites da fábrica, visto que toda vida do país foi baseada na produção por ela moldada, por isso a afirmação de que “a hegemonia nasce na fábrica” (GRAMSCI, 2008, p. 38).

No contexto da acumulação flexível, fase que representa o esgotamento do padrão de desenvolvimento analisado por Gramsci, o controle sobre o trabalho passa a acontecer de forma ainda mais sutil e perspicaz. Nesses termos, Linhart (2007),

³ Marx explica as mudanças nas formas de dominação do trabalho através dos conceitos de subsunção formal e real do trabalho ao capital. A subsunção era formal quando as relações coercitivas deixaram de ser permeadas pela dominação religiosa e/ou política, mas os processos de trabalho ainda se davam nos moldes tradicionais, com a produção de mais-valia acontecendo via prolongamento da jornada de trabalho. A subsunção passa a ser real, quando a produção de mais-valia passa a ocorrer mediante uso consciente da ciência e tecnologia, o que caracterizava a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (MARX, 1978).

observando o processo de reestruturação produtiva da indústria francesa, destaca como as técnicas de organização do trabalho foram alteradas após 1968, passando de uma supervisão máxima dos trabalhadores à repressão dos seus espaços de manobra. No entanto, o controle direto foi substituído pelo controle via interiorização, uma vez que o trabalhador passou a ser induzido a absorver a “moral ou cultura da empresa”. Em tese, Linhart (2007) chama atenção para o fenômeno que denominou de “modernização da subjetividade”, ou seja, um ataque direto à mentalidade, cultura, valores e, de modo geral, da racionalidade dos trabalhadores, visando o distanciamento de qualquer forma de contestação ou inquietude.

No mesmo sentido, na sociologia do trabalho brasileira, Alves (2011) trata da “captura da subjetividade do trabalho vivo”, o que representa a constituição de novos nexos psicofísicos capazes de moldar ações e pensamentos dos operários à racionalidade da produção. A capacidade manipulatória do capital se torna mais densa, à medida que o controle do corpo e mente do trabalhador passa a ocorrer via “emulação pelo medo”, o que, na realidade, representa a forma como o atual contexto excludente do mundo do trabalho cria as bases para que trabalhadores se submetam a maiores níveis de exploração e renunciem direitos pelo medo de perder o emprego.

O medo aparece também nos estudos realizados no âmbito da psicopatologia do trabalho. Na prática, Dejours (1992) entende que o medo e o sofrimento do trabalhador são utilizados como instrumento de controle e alavanca da produtividade. O autor oferece grande contribuição para a presente pesquisa por tratar especificamente sobre manipulação psicológica no setor terciário. Mostra que, diante das dificuldades de controle dos tempos e movimentos nesse setor, novas técnicas de comando são elaboradas a partir do estímulo a rivalidades e discriminações entre colegas, geralmente, alimentados por políticas paternalistas e favoritismos do chefe.

A gerência, por conseguinte, utilizando-se do medo como engrenagem determinante da organização social, consegue que os preceitos hierárquicos sejam respeitados e garante-lhe extraordinário poder de supervisão. Sendo assim, estabelece um verdadeiro sistema de espionagem, fazendo com que os empregados, com medo de serem vigiados, terminem por vigiar-se a si mesmos. A construção artificial do autocontrole do empregado ocorre via “disciplina do medo”, pois, com medo de perder seu posto, o empregado trabalha mais e melhor (DEJOURS, 1992).

Partindo, então, dos preceitos teóricos expostos até aqui, as atuais formas de controle sobre a classe trabalhadora serão demonstradas, a seguir, através da pesquisa realizada entre docentes do ensino superior privado.

O trabalho docente no ensino superior privado no contexto da acumulação flexível em Campina Grande-PB

As relações e condições de trabalho não podem ser compreendidas em sua plenitude se tomados isoladamente da realidade na qual se insere. Por esse motivo, inicialmente, é importante destacar que os professores do ensino superior privado se consolidaram como uma categoria de trabalhadores à medida que o ensino superior foi perdendo seu caráter de bem público e assumindo faces de mera mercadoria, num processo que vem se avolumando na realidade educacional brasileira desde as reformas educacionais do Regime Militar (MARTINS, 2009).

Portanto, foi nos anos 1990, com a adoção do padrão de desenvolvimento neoliberal, que o processo de empresariamento do ensino superior chegou ao seu auge. No âmbito da Reforma do Aparelho do Estado houve uma total redefinição da função estatal em relação ao ensino superior, seguindo diretrizes de organismos internacionais (BANCO MUNDIAL, 1995) para países em desenvolvimento, o Estado assumiu a responsabilidade direta do nível básico da educação brasileira, deixando o nível superior a cargo da iniciativa privada, sob a justificativa de ampliação de vagas e democratização do ensino. Além disso, houve a redução de investimentos públicos na educação, acompanhado da diversificação das fontes de financiamento e da organização institucional (TRINDADE, 1999, 2001).

Como resultado, houve um aumento considerável no número de instituições de ensino superior no país entre os anos de 1996 e 2004, de 922 para 2.013 instituições, porém, tal expansão se deu com total hegemonia do setor privado, que passou a controlar 88,9% do total das instituições de ensino superior brasileiras (INEP/MEC, 1999, 2012).

No Governo Lula, pode-se afirmar que o processo de empresariamento estacionou em relação ao período anterior. Em 2012, o controle do ensino superior pela iniciativa privada continuou em torno dos 87,4% do mercado, porém, foram criadas 80 instituições públicas, nas esferas federal, estadual e municipal (INEP/MEC, 2012, 2013, 2014). Contudo, o aumento desenfreado no número de instituições isoladas gerou um excesso de ofertas de vagas no ensino superior, causando um acirramento da concorrência entre as faculdades isoladas que se instalaram pelos rincões do país. Em função dessa situação de mercado, faculdades menores passaram a enfrentar dificuldades financeiras, o que facilitou a aquisição e a fusão com grandes grupos educacionais, inclusive grupos de capital externo que começaram a atuar no país, caracterizando um processo de oligopolização e desnacionalização do ensino superior brasileiro (CHAVES, 2010; SANTOS; CHAVES, 2013).

Enquanto *empresas* frente ao acirramento da concorrência, as instituições privadas de ensino passaram a absorver os valores da administração moderna, que se tornaram hegemônicos em relação aos preceitos acadêmicos e pedagógicos. Tais

mudanças afetaram diretamente o trabalho docente, visto que os princípios adotados na gestão do ensino superior privado não são próprios do mundo universitário, os requisitos apontados para a “captação” de alunos estão distantes da qualidade de ensino, da pesquisa ou de um corpo docente qualificado. Contrariamente, consultorias que trabalham especialmente com instituições privadas apontam fatores como bom relacionamento, forma de disposição dos móveis e até a forma de os funcionários se vestirem como atributos de atratividade da “clientela”. Termos como *telemarketing*, mala direta, liderança, proatividade, fidelização, captação, controle, só para destacar alguns, agora fazem parte de uma instituição de ensino superior, enquanto carreira docente, titulação, trabalho em tempo integral, desenvolvimento de pesquisa estão tendo seus valores questionados, até mesmo sendo atacados de forma direta enquanto padrão a ser adotado no ensino superior, como o faz Lobo (2003).

Ante o exposto, segundo Neves e Fernandes (2002), as instituições privadas de ensino superior se consolidaram como institucionalidade do mercado, seja formando mão-de-obra de acordo com suas demandas, seja como ramo de negócio em expansão. A burguesia não deixa de criar mercados novos, explorar por toda parte, criar vínculo em toda parte (MARX, 2002a). Sendo assim, para um novo ramo de atuação do capital, uma nova burguesia, nos termos de Boito Júnior (2005), uma nova burguesia de serviços educacionais⁴.

No contexto da acumulação flexível, fica claro, portanto, o caráter de mercadoria do ensino superior privado, preenchendo todos os requisitos que cabem a essa categoria marxista de análise da sociedade capitalista, logo, enquanto mercadoria, o ensino superior possui valor de uso, valor de troca e valor. Enquanto valor de uso, o ensino superior se tornou fonte imperiosa de acesso ao mercado de trabalho, pois, induzidas pelas ideologias da empregabilidade e competências, as pessoas buscam inserção no mercado de trabalho pela via da qualificação. Enquanto valor de troca, as mensalidades pagas possibilitam uma relação de equiparação entre a mercadoria ensino superior e qualquer outra mercadoria. Entretanto, quando se desvanece sua utilidade ou seu valor de troca, a mercadoria ensino superior aparece como fruto do trabalho humano abstrato, o que gera valor, não mais como bem público, mas mercadoria (MARX, 2001). E quem são os “produtores” dessa mercadoria? Onde trabalham? Quais suas relações e condições de trabalho?

As novas funções que a acumulação flexível atribui ao ensino superior vêm refletindo nos destinos da carreira docente, a começar pelo aumento do número

⁴ Segundo Boito Júnior (2005), a política de redução de gastos sociais tradicionais que apresentou como resultado direto a mercadorização de direitos como saúde, educação e previdência social terminou por desenvolver novos ramos de negócios que passaram a atender diretamente uma fração da burguesia, a qual denominou de “nova burguesia de serviços”, beneficiária direta do recuo do Estado na área de serviços básicos, que atua estrategicamente angariando espaços nas redes de influência sobre as decisões políticas do Congresso Nacional.

de pessoas empregadas como docentes do setor. Entre 1980 e 2004, no Brasil, o número de professores no ensino superior público passou de 60.037 para 93.800. No setor privado esse crescimento foi de 49.451 para 185.258 professores (INEP/MEC apud BOSI, 2007). A hegemonia do setor privado enquanto empregador de professores do ensino superior permanece e se amplia: em 2012, o ensino público absorvia 150.338 funções docentes, incluindo os institutos federais; o setor privado, por sua vez, empregava 212.394 funções docentes⁵ (INEP/MEC, 2012).

Em termos de remuneração, os rendimentos de professores de ensino superior estão entre os mais altos registrados no Brasil, porém, defasados em relação a outras categorias. Para se ter ideia, segundo dados do edital n. 101, de 15 de dezembro de 2014, para provimento de cargo no magistério superior na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o salário inicial de um professor com regime de trabalho de dedicação exclusiva é de R\$ 8.344,64, aparentemente equiparado ao salário de um juiz, em 2001. Todavia, considerando que o subsídio inicial do magistrado federal declarado pelo Conselho de Justiça Federal foi de R\$ 25.260,20 (BRASIL, STJ, 2014) e que um magistrado do Tribunal de Justiça da Paraíba percebia, em 2012, entre R\$ 17.000,00 e 21.700,00 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB, 2012), a defasagem entre as duas categorias tomada como parâmetro permanece de forma abismal.

No setor privado, é difícil estabelecer um parâmetro salarial, pois os rendimentos são calculados com base em hora aula, hora acadêmica, no caso de Campina Grande, por considerar atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na pesquisa realizada junto aos termos de rescisão de contrato de trabalho no sindicato da categoria, os valores da hora acadêmica, em 2013, variavam entre R\$ 33,29 a R\$ 46,48, sem especificação da titulação do docente. Valores bem acima do piso salarial dos professores regidos pela Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015, R\$ 4,78 (o valor da hora-aula) para os docentes de todos os níveis de ensino, com adicional de 7% para título de especialização, 11% para mestre e 15% de adicional para o título de doutorado (SINTENP, 2014). Em termos do montante final do salário, que varia de acordo com a quantidade de aulas do docente, as remunerações declaradas para fins rescisórios variaram de R\$ 229,21 a R\$ 8.515,56 (SINTENP, 2014).

Já os salários dos coordenadores de cursos, na instituição que paga o maior valor de hora acadêmica, variavam entre R\$ 6.986,48 e R\$ 19.187,18, a depender da carga horária. Numa outra instituição, a gratificação do coordenador de curso era de R\$ 1.800,00 (BRASIL, 2013).

⁵ O censo do ensino superior trabalha com funções docentes, referindo-se aos diferentes vínculos empregatícios de um mesmo professor.

Em Campina Grande/PB, os professores de ensino superior se empregam em oito instituições presenciais de ensino superior, dentre as quais duas públicas e seis privadas. Tal realidade, portanto, segue os parâmetros nacionais, com a maioria das vagas de ensino superior sendo ofertadas pelas instituições privadas.

De acordo com os dados do e-sic⁶ fornecidos em 2014, atualmente há 4.074 funções docentes em exercício na cidade, sendo 2.400 homens (59%) e 1.674 mulheres (41%). Desse total, 79% (3.236) das funções docentes atuam no ensino público e 21% (838) no ensino privado. Apesar de minoritário em termos quantitativos, é no ensino público que se concentra a maior quantidade de funções docentes em exercício, uma peculiaridade da cidade em relação ao resto do país, em que há o predomínio de quase 59% das funções docentes no setor privado.

Segundo a organização acadêmica, o quadro da cidade também diverge do país e da região Nordeste. Em Campina Grande/PB, 78% dos docentes se concentram nas universidades, estando 20% nas faculdades e 2% no Instituto Federal. No que diz respeito à distribuição no setor públicas, 98% dos docentes estão nas universidades públicas e apenas 2% no Instituto Federal⁷.

Por haver uma predominância do ensino público no emprego das funções docentes, Campina Grande/PB difere mais uma vez do paradigma nacional, pois a maioria dos professores é contratada no regime de trabalho em tempo integral com dedicação exclusiva (68%), uma característica das universidades públicas, não havendo o regime horista. Apenas 4% de horistas e 15% tempo integral sem dedicação exclusiva. Nas instituições privadas, por sua vez, a maior ocorrência é de tempo parcial, 40% dos contratos de trabalho, seguido pelo regime de contratação em tempo integral sem dedicação exclusiva (31%), pelo regime horista, 19%, e apenas 10% das funções docentes trabalhando com dedicação exclusiva. Em termos relacionais, os docentes de Campina Grande/PB são contratados em condições mais favoráveis que no resto do país, por uma minoria ser contratada como horista, o que implicará a intensificação das jornadas de trabalho sem a devida estabilidade do emprego, como será detalhado adiante.

Dentre as funções docentes em exercício na cidade, foram entrevistados 28 professores de instituições privadas, dentre os quais havia professores, ex-professores, coordenadores e ex-coordenadores, com faixa etária entre 28 e 65 anos. A maioria, portanto, encontra-se na faixa etária dos 36 aos 40 anos, seguindo

⁶ Trata-se do Sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão do governo federal, fonte de todos os dados sobre Campina Grande/PB, pois nenhuma das instituições se dispôs a fornecer os dados solicitados.

⁷ Contudo, é importante destacar que tais funções docentes estão listadas nos dados fornecidos pelo e-sic como pertencentes à UFCG e UEPB, embora nem todos atuem em Campina Grande/PB propriamente, pois há os campi do interior que não foram diferenciados nos dados.

a mesma tendência das demais regiões do país. Em termos de tempo de docência, foi encontrada uma variação de dois a 24 anos. A grande maioria está atuando na docência de ensino superior, em média, há 10 anos. Trata-se de uma geração relativamente nova de professores, muitos ainda com seus mestrados e doutorados em andamento. Mas também há professores aposentados das Universidades Federal de Campina Grande e Estadual da Paraíba, justamente aqueles com idade entre 62 e 65 anos.

No que diz respeito ao grau de formação, as funções docentes estão distribuídas de acordo com a realidade nacional, ou seja, concentração de doutores nas universidades públicas, 50% (1.577) e concentração de mestres e especialistas nas faculdades privadas, no total, 73% ou 609 mestres e especialistas, com apenas 27% das funções docentes de doutores (229). Como a exigência legal prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.304, de 20 de dezembro de 1996, fala de 1/3 de mestre e doutores, as instituições privadas optam pela contratação de mestres, pois, com isso, atendem aos requisitos legais e enxugam as folhas de pagamento, evitando a contratação de doutores com hora aula mais elevada.

Dos entrevistados em Campina Grande/PB, 10 são especialistas. Dentre eles, dois fazendo mestrado, 13 são mestres, sete estão desenvolvendo seus doutorados e cinco são doutores, o que mostra como os doutores se concentram nas instituições públicas. Os que se dedicam à pós-graduação *stricto sensu*, geralmente buscam programas da cidade, conciliando os interesses de pesquisa à conveniência de estudar em casa sem se afastar do trabalho, por não ter condições de financiar os estudos em outros centros e cobrir as despesas domésticas, muitas vezes, portanto, comprometendo sua formação. Quanto a isto, relatou um professor:

Trabalhar e fazer um doutorado é uma loucura. Já pensei em desistir várias vezes. Tenho um orientador que é um santo, um homem de bem, mas, assim, a paciência dele tem limite. Eu já disse eu vou ter que diminuir minha carga horária, não posso abrir mão da carteira assinada, porque você sai para fazer um doutorado, o colega senta e depois ele não abre mão do lugar dele. Você volta um doutor desempregado (informação verbal⁸).

Em Campina Grande, a maioria dos entrevistados não se preparou especificamente para a docência. Chegaram às instituições privadas em busca da oportunidade de inserção no mercado de trabalho que faltava em outros setores, como os administradores, por exemplo, que enfrentam graves restrições no mercado de trabalho local. Apenas um egresso do setor privado, hoje professor de

⁸ Dados referentes à entrevista 05, concedida pelo professor colaborador em caráter de pesquisa.

uma instituição pública, mostrou ter se preparado para a docência, só começando a atuar após a conclusão do mestrado.

No que diz respeito às *formas de contratação*, de antemão, pode-se afirmar que os critérios são subjetivos e discriminatórios. Desse modo, alguns profissionais de renome nas suas áreas, como diretores de empresas, juízes, promotores ou médicos, chegam às instituições privadas por convite. Tais contratações alcançam dois objetivos: primeiro, funcionam como marketing institucional, um diferencial em relação às concorrentes; segundo, delimita zonas de influência das instituições em outras esferas da sociedade, garantindo-lhes regalias e vantagens.

Na fala dos coordenadores de curso foi fácil perceber a “preocupação” das instituições em relação aos profissionais que contratam, por considerarem que esses devem representar os valores institucionais. Desse modo, além de entrevistas e provas didáticas (procedimentos normais de contratação), é comum que coordenadores realizem pesquisas nas redes sociais e junto aos próprios colegas, buscando informações sobre o tipo de vida social dos candidatos, comportamento fora do ambiente de trabalho. Um ex-coordenador relatou que quando surgia a necessidade de novas contratações, recebia uma pasta de currículos com observações em letras garrafais, indicando a possibilidade de contratação ou não. Por exemplo: “não contratar; é sindicalista” ou “não contratar; é gay”. Com feições de extrema satisfação e alívio, comentou: “Hoje, todos esses são professores das federais, graças a Deus!” (informação verbal⁹)

Em Campina Grande/PB, percebe-se que o *ethos* empresarial ainda vem contagiado por valores próprios do empresariado interiorano, como, por exemplo, saber a que família pertence o professor, qual cargo ele exerce fora, como se comporta, de quais credos religiosos e, principalmente, políticos desposa. Os nomes das instituições de ensino superior são bastante relacionados aos donos, seu histórico familiar e suas posições políticas. Por isso, há uma necessidade de criar as instituições “à imagem e semelhança dos valores dos donos”, exatamente aqueles valores absorvidos pelas famílias dos alunos e futuros alunos.

Em termos de *condições físicas de trabalho*, não se pode apontar um padrão único de qualidade entre as instituições de Campina Grande/PB. Pelas visitas realizadas, sempre observações feitas nos momentos das entrevistas, há instituições extremamente bem montadas, com salas de aula arejadas, claras, totalmente equipadas com projetor de multimídia, computador, televisor, biblioteca atualizada, espaços de estudo climatizados, amplo estacionamento, cinema e teatro. De modo contrário, há instituições funcionando em antigos prédios da cidade, onde tudo parece improvisado ou por terminar, até deixando a higiene a desejar. Há ainda instituição regionalizada que funciona em prédios cuja arquitetura é característica dos grupos educacionais, padronizados, verticalizados,

⁹ Ibidem.

salas de aula que acomodam grande quantidade de alunos e até mesmo contêineres transformados em sala de aula e xerocópia de livros na biblioteca.

As condições e relações de trabalho em instituições privadas de ensino superior continuam a ser desenhadas pelas formas de *padronização do trabalho docente* que são implementadas a fim de – à semelhança dos preceitos seguidos pela gerência taylorista apontada por Braverman (1987) nas fábricas norte-americanas do início do século XX - dispor dos “tempos e movimentos” dos docentes, de modo a controlar o seu trabalho. Nesses termos, não foi observado um mesmo padrão de padronização do trabalho entre as instituições pesquisadas. Geralmente, as formas de padronização são mais elaboradas nos grandes grupos que atuam na cidade, onde há o controle dos programas de curso e pouca margem para mudança por parte do professor, todo material de aula deve ser publicado antecipadamente num sistema, para que coordenadores e alunos tenham acesso. Os prazos para publicação de notas são bem estreitos, porém, a maior reclamação dos docentes empregados e egressos foi em relação às provas colegiadas, um sistema de avaliação no qual todas as instituições do país aplicam a mesma prova. Essa prova é elaborada por uma equipe da sede regional, a partir das questões que os professores oferecem. O professor, por sua vez, recebe um envelope lacrado, só podendo ter acesso às questões no momento de aplicar a avaliação. Quanto a esse sistema de avaliação um determinado docente desabafou: “Eu me sinto um Charles Chaplin engessado!” (informação verbal¹⁰). Nas instituições locais, o poder de manobra no docente é maior, no entanto, os professores mais antigos e os “notáveis”, aqueles convidados para servir de diferencial junto à concorrência, possuem maior autonomia.

Além de processos de padronização do trabalho, percebe-se nas instituições de ensino superior privadas de Campina Grande/PB uma *intensificação de tarefa* dos docentes, que ocorre pelas vias da chamada “junção de turmas”. Segundo Santos; Chaves (2013), a principal forma encontrada pelas instituições para reduzir custos diante da evasão escolar, fazendo com que os professores passem a ministrar aulas para 70, 80, 90 alunos. Um docente entrevistado comentou: “A instituição não preza pela qualidade, preza pela quantidade. Então, você entra numa sala de aula com 100 alunos, dando aula de microfone, com uma caixa de som...” (informação verbal¹¹). Outro fator que apareceu fortemente nas falas enquanto fonte de intensificação do trabalho foi a quantidade de orientações de trabalhos de conclusão de curso, sem remuneração ou com remuneração baixíssima, no caso, uma hora acadêmica por orientação ao mês. Além da participação de bancas,

¹⁰ Dados referentes à entrevista 27, concedida pelo professor colaborador em caráter de pesquisa.

¹¹ Dados referentes à entrevista 10, concedida pelo professor colaborador em caráter de pesquisa.

podendo chegar a faixa entre 20 a 30 ao final de cada semestre, sem que o professor tenha a opção de rejeitar, mesmo sendo uma atividade não remunerada.

Seguindo a tendência empresarial de reduzir o capital variável e demandar trabalhadores polivalentes que supram as atividades antes realizadas por vários trabalhadores, a intensificação do trabalho dos professores do ensino superior vem se dando também pelo viés da *flexibilização de tarefas*, visto que estão assumindo cada vez mais atividades antes desempenhadas pela secretaria (como registro de notas e faltas), o que vem sendo facilitado pelos sistemas acadêmicos, que permitem aos professores alimentá-lo em qualquer lugar fora do ambiente de trabalho, desde que se tenha acesso à internet. Os professores campinenses sempre se remeteram ao fato de estar se tornando um burocrata como fonte de desconforto. No mesmo sentido, os professores são sutilmente impelidos a participar de comissões organizadoras de eventos, do FIES, PROUNI, comissões de avaliação, reuniões e encontros pedagógicos, feiras de responsabilidade social, entre outros, geralmente fora do horário de trabalho e até mesmo no período de férias.

Contudo, pela presente pesquisa, as novas atribuições que os professores de ensino superior privado estão recebendo não se encerram nas já citadas, pois há instituições que envolvem os professores diretamente na sua política mercadológica. Trata-se dos chamados programas de “captação de alunos”, nos quais se utiliza sem remuneração a força de trabalho docente para atrair novos alunos, inicialmente através da participação em eventos aos sábados para apresentar as instalações da faculdade aos alunos do ensino médio ou por meio de ligações, convidando alunos que fizeram vestibular a efetuar matrículas. Um professor fala de como se sente ao participar desses eventos:

Eu me sinto mal quando participo de um evento para fazer captação de aluno, que a gente mostra uma visão muito distante da realidade. Eles convidam os alunos do ensino médio e os professores mostram os laboratórios, as salas de aula, para vender a instituição, né? Que seriam potenciais alunos. E não são remunerados por isso, a gente só recebe sala de aula mesmo (informação verbal¹²).

No entanto, ao entrevistar um coordenador da instituição concorrente e outro professor egresso, percebeu-se que o programa de captação de alunos não reside apenas em eventos de apresentação, pois, além disso, os professores que trabalham na instituição concorrente são envolvidos em práticas espúrias de concorrência, ao tentar convencer alunos à mudança de instituição. O mais grave é

¹² Dados referentes à entrevista 06, concedida pelo professor colaborador em caráter de pesquisa.

que, segundo os relatos, o professor recebe por essa prática. Na verdade, professores recebem dinheiro por aluno que conseguir tirar de outra instituição, como bem explicado no depoimento abaixo:

Pronto, um desrespeito que eu esqueci de falar, eles ofereciam R\$ 50,00 para a gente convencer alunos da outra instituição a se matricular lá. E eu nunca aceitei. Eles entregavam um carnê, aí você convencia o aluno, se você convencesse entregava uma fichinha do carnê ao aluno, algo para indicar que foi você, com seu nome, porque aí isso aumentava R\$ 50,00 no seu salário, para cada aluno que você indicasse para lá. Era assim, eu achei a coisa gritante de humilhação. Claro que eu nunca fiz isso! Esse carnê era entregue pela coordenação ou pela direção, para a gente fazer isso. Eu nunca na minha vida fiz isso, até porque meu medo era que os alunos da IES fossem para lá, porque as condições de trabalho lá eram péssimas! Então, a gente sobrevivia melhor na Instituição B. Muitos professores passaram a convencer alunos da IES a irem para lá. Levavam o canhoto, o aluno entregava lá e você tinha R\$ 50,00 no salário (informação verbal¹³).

Outra característica marcante do ambiente de trabalho das instituições de ensino superior privadas é a *centralização do processo decisório*, o que remete a formas de controle da força de trabalho. Nesse sentido, as empresas educacionais não seguem o preceito dos modelos toyotistas, que pregam a participação de “colaboradores” como princípio, uma vez que a figura central do comando são os coordenadores de curso (em algumas instituições, são chamados de gestores de curso), os substitutos dos antigos bedéis, responsáveis por executar as mais variadas formas de controle da força de trabalho, não apenas no que diz respeito à forma de execução da prática docente, mas, principalmente, na imposição de padrões de conduta a serem seguidos pelos professores, implantados de maneira tácita ou não no cotidiano das instituições. Pedindo licença para um desabafo, o professor declara:

O coordenador tem mais uma postura de bedel do que de coordenador. Ao invés de estar preocupado em publicar, com uma postura acadêmica, sobre um congresso, um seminário, um convite a um catedrático... está preocupado com caderneta, aprovação, reprovação. São coisas que numa faculdade não era pra ter isso! (falando de forma enfática, em tom de desabafo. Ao final da entrevista, disse que foi um desabafo). Há uma imaturidade acadêmica muito grande. Muitos

¹³ Dados referentes à entrevista 27, concedida pelo professor colaborador em caráter de pesquisa.

colegas são imaturos, inclusive com a função de coordenador (informação verbal¹⁴).

Porém, foi na fala dos coordenadores e ex-coordenadores que se percebeu mais evidentemente o caráter despótico de controle da força de trabalho e a “desmedida do capital” (LINHART, 2007) nas instituições privadas de Campina Grande/PB. Em algumas faculdades, as direções e coordenações exercem atividade de sala de aula como uma forma de manter contato com os alunos e saber mais de perto “como as coisas acontecem”, pois, segundo um coordenador egresso, há um filtro entre as coordenações e as direções, do mesmo modo que há um filtro entre o que acontece em sala de aula e as coordenações. Assim, buscando informações mais precisas, acumulam atividade administrativa e de ensino. Mesmo com toda a sobrecarga, consideram necessário, para saber se os professores estão suprindo as necessidades dos alunos, se há problemas de relacionamento com os professores, como é a didática de A, B ou C.

A conversa com uma coordenação de curso foi muito ilustrativa acerca de quais seriam as suas funções numa instituição de ensino superior privada, como demonstra seu relato sobre suas atribuições:

Como coordenador, a gente tem a parte de organização e controle, então, a gente controla as disciplinas, as ementas e tudo e organiza no começo, com horários, distribuição de professores e, durante o semestre todo, a principal atribuição é controlar o desenrolar do que foi planejado. Então, a gente meio que faz um controle rigoroso do que está sendo cumprido, conversando com os alunos, com os professores, uma avaliação quase diária. A gente avalia também, controla também o tipo de avaliação que o professor faz. Isso daí é feito com muito rigor, porque eu acho que avaliação é muito importante, senão a coisa não funciona. Projetos, também, a gente promove e controla, não necessariamente a gente vai a campo (informação verbal¹⁵).

A ideia de controle foi muito central na sua fala. Quando perguntado como se dava esse controle, se era através de acompanhamento de relatórios, foi dada a seguinte resposta: “Não, de conversas. Conversando com os alunos e professores e confrontando... (gaguejou para responder, pela primeira vez ao longo da entrevista), o que um diz e o que o outro diz”. (informação verbal¹⁶). Além disso, não só os alunos são utilizados como fonte de informação acerca do trabalho

¹⁴ Dados referentes à entrevista 05, concedida pelo professor colaborador em caráter de pesquisa.

¹⁵ Dados referentes à entrevista do coordenador de curso 3, concedida em caráter de pesquisa.

¹⁶ Idem.

docente. Há verdadeiros “fiscais” nas salas de aula, amigos, filhos de amigos, funcionários, pessoas “da cozinha”, como dizem, que fazem o papel dos “olhos e ouvidos” das direções pelos corredores. A “disciplina do medo” oferece aos coordenadores de curso um extraordinário poder de supervisão, como destaca Dejourns (1992), criando as bases de um verdadeiro “sistema de espionagem”, no qual os empregados terminam por vigiar-se a si mesmos.

Além das características apontadas, a *instabilidade no emprego* pode ser apontada como uma das principais marcas do trabalho docente em instituições privadas. Trata-se daquilo que mais interfere na subjetividade do professor e que lhe traz sensação de desamparo e falta de perspectiva de futuro. Isto foi ressaltado enfaticamente na fala de 12 entrevistados de instituições privadas de Campina Grande/PB, alguns demonstrando inclusive abalo emocional, como o caso do Entrevistado 5:

Não, não me sinto seguro. Hoje, eu vou te dizer, tenho umas paranoias, questões psiquiátricas mesmo. Eu tenho um medo de perder a voz que nem um cantor de ópera tem, uma cantora lírica. Todos os anos eu vou para um fono e um otorrino. Só para você ter uma ideia, eu pago a previdência privada, pago um BBcap, jogo na Mega Sena toda semana, invisto em poupança, guardo o que posso. (E, mencionando a outra atividade que exerce, acrescenta:) Adoro, mas, se eu pudesse, estava em casa estudando, terminando meu doutorado em paz (informação verbal¹⁷).

Através de pesquisa junto aos Termos de Rescisão do Contrato de Trabalho homologados no período de 2004 a 2014 no SINTENP, observa-se que os docentes de instituições de ensino superior de Campina Grande/PB permanecem, em média, três anos no emprego, com uma grande quantidade de demissões sem justa causa após um ou dois anos de empresa. No entanto, também foi encontrada uma minoria de demissões ou pedidos de demissões após 8, 9 e 13 anos de trabalho. Entre os entrevistados, os maiores tempos de permanência declarados foram de 10 e 12 anos.

Os dados indicam que, em períodos cíclicos, as empresas educacionais de Campina Grande/PB praticamente renovam seu quadro de professores. É comum haver demissões dos professores mestres e doutores mais antigos, para que especialistas sejam contratados. Do mesmo modo que mestres e doutores são demitidos após os processos de autorização e/ou reconhecimento de cursos ou

¹⁷ Dados referentes à entrevista 05, concedida pelo professor colaborador em caráter de pesquisa.

instituições. Tal instabilidade leva os docentes acumularem mais de um vínculo empregatício, intensificando ainda mais sua jornada de trabalho.

Depoimentos colhidos, portanto, permitem afirmar que a forma de atuação dos coordenadores de cursos é um dos principais fatores de agravamento da sensação de instabilidade dos docentes, não apenas pelo medo de perder o emprego, mas medo de perseguições, de perda de carga horária, de mudança de disciplinas. Tal quadro se agrava à medida que os coordenadores agem de acordo com suas conveniências no fechamento de horários, distribuição de disciplinas e quantidade de turmas, fatores que mais impactam a vida do docente ao longo do semestre, por interferir na sua renda e na sua carga de trabalho, uma vez que, como horistas, seus salários oscilam com relação à quantidade de turmas.

Ante o exposto, nas instituições privadas, a tendência é que se instaure um clima de “caça às bruxas”, nas palavras de alguns dos entrevistados, o que resulta em *relações interpessoais* marcadas pela competitividade e extremo individualismo, o que permite afirmar o uso do sofrimento e do medo como alavancas da produtividade (DEJOURS, 1992). Foi observado na realidade de Campina Grande/PB que a diversidade existente entre os docentes intensifica a fragmentação das suas relações, pois existem aqueles com dedicação exclusiva à docência, as pessoas de notoriedade que lecionam, os advogados que orientam os núcleos de prática jurídica, os médicos que acompanham estagiários nas clínicas escolas e em sala de aula, o contador que tem seu escritório ou que é auditor de algum órgão público e dá aula, entre tantos outros com conveniências e necessidades específicas.

Ainda no tocante às variadas formas de controle as quais os docentes são submetidos, no atual contexto, percebe-se que essas se ampliam e modernizam através do controle do aluno-cliente, exatamente, nos termos expostos por Toledo (2009, 2013). A forma como se configura a relação professor/aluno nas instituições privadas em Campina Grande/PB gera nos professores uma necessidade de aceitação como garantia do seu emprego. O sistema de avaliação, no qual cabe ao aluno fornecer uma nota ao professor, termina por representar um instrumento de “vingança”, caso o professor o tenha desagradado. O principal fator de desentendimento são as notas, que os alunos não aceitam com passividade, inclusive, levando os questionamentos às coordenações, que, comumente, agem resguardando sua “clientela”. Casos mais graves de confronto direto entre professores e alunos foram relatados, inclusive com ameaça de agressão a uma professora recém-diagnosticada com câncer. Diante da situação, detalhada na fala abaixo, a aluna não sofreu nenhuma punição.

Então, professor tinha determinadas situações constrangedoras, como foi o caso de uma professora, que eu sabia que tava doente. Ela tava recém-diagnosticada de câncer e ela teve um problema com uma aluna que era orientanda de monografia dela, que ela pegou a monografia... o rascunho da monografia era um plágio e ela reprovou a aluna. Então,

no dia que ela entregou isso para a aluna, o marido da aluna subiu as escadas e veio para agredir a professora! E eu, sabendo que isso ia acontecer, porque ele tinha passado na minha sala e tinha dito a mim que ia pegar a professora. Ele foi para a coordenação saber onde a professora tava dando aula. Enquanto ele foi saber, eu corri na sala, tirei a professora e me escondi com ela dentro do banheiro e o marido ficou caçando ela pelos corredores. Queria pegá-la, como ele realmente, disse! Até que ele entrou na sala da diretoria, tentaram acalmá-lo e chamaram ele para uma conversa. Foi o tempo que o marido da professora chegou para buscá-la. Eu tava com ela dentro do banheiro e saiu escondida da faculdade (informação verbal¹⁸).

Além de assediados no ambiente de trabalho, como demonstra o depoimento acima, elementos de *precarização do trabalho* foram citados pelos professores entrevistados. Não homogeneamente em todas as instituições, mas sempre presentes de alguma forma. Como exemplo de descumprimento de direitos trabalhistas, destacam-se as que apareceram de maneira mais recorrente na fala dos entrevistados: as atividades não remuneradas que são realizadas pelos docentes; a falta de formalização do vínculo empregatício ou assinatura da carteira de trabalho com o valor da hora acadêmica menor que a efetivamente paga; atrasos salariais de até três meses; não pagamento de férias, 13º salários e das verbas rescisórias, falta de reajuste do valor da hora acadêmica após convenção coletiva da categoria.

Diante das circunstâncias de trabalho dos professores do ensino superior privado de Campina Grande/PB, observa-se que a passividade e o conformismo são sentimentos predominantes entre os entrevistados. Falas do tipo “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, “acaba que a gente termina se acostumando”, “a regra é seguir regra” não foram difíceis de aparecer nas entrevistas. Logo, a esfera da resistência existe de forma muito tênue, os professores não possuem nenhuma relação com o sindicato da categoria. Alguma forma de resistência apareceu nas ocasiões de atraso salarial, momento no qual os professores realizaram denúncias junto ao Ministério Público do Trabalho e sindicato.

Nas instituições privadas, dessa forma, prevalece a disciplina da fome: as pessoas se submetem ao controle e pressões porque não possuem outra fonte de renda ou porque aquela renda complementa seu orçamento pessoal. Aliado à disciplina do medo (DEJOURS, 1992), percebe-se o quanto os professores absorvem os princípios postos pela gerência moderna, exatamente aqueles defendidos pelos consultores de recursos humanos que semestralmente ministram palestras nos encontros pedagógicos oferecidos pelas diversas instituições. Tais encontros são responsáveis pela captura dos corações e mentes da força de trabalho docente, no

¹⁸ Dados referentes à entrevista 24, concedida pelo professor colaborador a Nadine Agra em caráter de pesquisa.

caso específico, responsáveis por naturalizar entre os professores a condição de “reféns dos alunos-clientes”. Dentre os entrevistados, os coordenadores de curso em exercício foram os que mais evidenciaram o controle via interiorização, nos termos de Linhart (2007), tendo absorvido os valores de mercado e a moral da empresa.

Considerações finais: da natureza do trabalho docente em instituições privadas de ensino superior

Diante das questões teóricas levantadas no início do trabalho e considerando-se o processo de pesquisa que ilustrou as condições e relações de trabalho dos docentes em instituições privadas de ensino superior, pode-se afirmar que, no contexto da acumulação flexível, esse trabalho assume o caráter de trabalho produtivo, que produz valor excedente a ser acumulado pela nova burguesia de serviços educacionais, enquanto apenas reproduz o valor da força de trabalho docente. O processo de trabalho do docente, portanto, é consumo produtivo, que ocorre no interior das instituições privadas, onde prevalecem relações capitalistas de produção, contudo, mesclando elementos do taylorismo e do fordismo, por ser trabalho assalariado, padronizado, mas também, flexibilizado e controlado pelas vias da interiorização dos valores da empresa. Fazer caso omissivo do setor de serviços, como sugeriu Marx (1978), não é mais coerente com a atual configuração desse setor.

O trabalho docente no setor privado do ensino superior ainda apresenta as dimensões do trabalho não-clássico, por ser simbólico, interativo e se sobrepõe a outros espaços da vida do professor. Com isso, permite que seja inserido na noção de classe trabalhadora ampliada de Toledo (2009, 2013) para, então, caracterizá-lo como um trabalho não-clássico produtivo (imaterial) e precário, como tal subsumido de forma real ao capital. Logicamente, respeita as peculiaridades que a extração da mais-valia do trabalho não-clássico requer, ou seja, dificuldades de padronização, por ainda haver um maior poder de manobra do professor que em outras categorias profissionais.

Com efeito, o trabalho docente até aqui analisado não se fixa num produto que se opõe ao trabalhador como um ser estranho (objetivação). Todavia, considerando a relação do trabalhador com a própria atividade (a autoalienação), a utilização do valor de uso do seu trabalho pelo patrão faz da prestação do serviço em si uma alienação ativa. Nos termos de Marx (2002), pode-se afirmar que, no trabalho, o professor sofre a perda de si mesmo, em vista do produto do seu trabalho pertencer a outro.

O trabalho é, então, algo exterior ao docente de instituições privadas, não pertence às suas características. Por conseguinte, suas energias físicas e mentais não são

livremente desenvolvidas, levando-o ao esgotamento físico e à ruína do espírito. Seu trabalho, atividade vital do homem, constitui-se em meio de manter a existência física, aparecendo como meio de satisfação de necessidades. Por conseguinte, a vida produtiva passa a ser a vida genérica, processo que “aliena do homem o próprio corpo, assim como a característica externa, a sua vida intelectual, a sua vida humana” (MARX, 2002b, p. 118). Enfim, enquanto trabalho não-clássico produtivo e precário, o trabalho docente em instituições privadas de ensino superior mantém os aspectos da alienação em sua essência, como evidenciados no Primeiro Manuscrito Filosófico de Karl Marx (MARX, 2002b).

Como examinado por Gramsci em *Americanismo e Fordismo* (GRAMSCI, 2008), o capitalismo, em sua essência, conforma novos tipos de homens de acordo com a necessidade de cada contexto histórico, ampliando o mero controle do processo de trabalho para o controle das esferas mais íntimas da vida do trabalhador. No atual padrão de acumulação, o capital se espalha por todas as atividades econômicas, do mesmo modo que intensifica seu controle, agora, sobre a subjetividade da classe trabalhadora, processo que invade o setor educacional. Nessa perspectiva, os docentes do ensino superior privado mercantilizado se submetem ao processo que Tumolo (2000) considera como a subsunção real da vida social ao capital, ao tratar de uma ampliação da subsunção real do trabalho e da subsunção formal da vida dos trabalhadores ao capital, pois o controle do processo de trabalho passa a se subordinar ao controle da vida social pelo capital.

Referências

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial**: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. 1995. Disponível em: <<http://documentos.bancomundial.org>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

BOITO JÚNIOR, Armando. A burguesia no governo Lula. **Crítica Marxista**, p. 52-76, nov. 2005.

BOSI, Antonio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007.

BRASIL. Justiça do Trabalho, 13ª Região. **Petição inicial de ação civil pública de autoria do Ministério Público do Trabalho**, 9 de julho de 2013.

BRASIL. Edital n. 101, de 15 de dezembro de 2014. Torna público que estão abertas inscrições para concurso público de provas e títulos para provimento de cargos do Magistério Superior na Universidade Federal de Pernambuco. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 17 de dezembro de 2014.

BRASIL. **Sistema eletrônico do serviço de informação ao cidadão (e-sic)**. Disponível em: <<http://www.acaoainformacao.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. Poder Judiciário/Supremo Tribunal de Justiça/Conselho de Justiça Federal. Portaria n. 3, de 7 de janeiro de 2014. Dispõe sobre os valores dos subsídios dos magistrados e da remuneração dos servidores da Justiça Federal de primeiro e segundo grau. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.lex.com.br>> Acesso em: 13 jan. 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1987.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Expansão e privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação de oligopólios. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

COCCO, Giuseppe. Introdução à 2ª edição. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 7-31.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. 2 Quaderni Del Carcere. São Paulo: Hedra, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

INEP. Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa Educacional. **Evolução do ensino superior: 1980-1998**. Brasília: INEP, 1999. Disponível em: <<http://download.inep.gov.br/download/censo>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

INEP. Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa Educacional. **Censo da educação superior 2010: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

INEP. Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa Educacional. **Censo da educação superior 2011: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa Educacional. **Censo da educação superior 2012: resumo técnico**. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em: 22 out. 2015.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. Trabalho imaterial e subjetividade. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 49-63.

LAZZARATO, Maurizio. O ciclo da produção imaterial. In: LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 64-73.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007 (Mundo do trabalho).

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **As políticas de gestão do corpo docente das IES privadas brasileiras**. Documento de trabalho 5/03. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior NUPES/USP, 2003. Disponível em: <<http://www.nupps.usp.br>>. Acesso em: 17 out. 2013.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I, capítulo VI, inédito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. p. 384-406.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002a.

MARX, Karl. Primeiro manuscrito: o trabalho alienado. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002b.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

OFFE, Claus. O crescimento do setor de serviços. In: OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989a. p. 131-165.

OFFE, Claus. Trabalho: categoria sociológica chave? In: OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989b. p. 167-198.

SANTOS, Aline Veiga; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Formação dos oligopólios na educação superior privada brasileira: sobre implicações no trabalho docente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 75-97, mai./ago. 2013.

SINTENP. **Convenção Coletiva de Trabalho 2014/2015**. Sindicato dos Trabalhadores de Estabelecimentos Privados Beneficentes Filantrópicos de Ensino do Agreste da Borborema.

SMITH, Adam. **Uma investigação sobre a natureza e a causas da riqueza das nações**. São Paulo: Hemus Livraria, Distribuidora e Editora, 2003.

TOLEDO, Enrique de La Garza et al. Para um conceito ampliado de trabalho, de controle, de regulação e de construção social da ocupação: os “outros trabalhos”. In: LEITE, Márcia; ARAÚJO, Ângela (Orgs.). **O trabalho reconfigurado**: ensaios sobre Brasil e México. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009a (Coleção Trabalho e Contemporaneidade).

TOLEDO, Enrique de La Garza et al. Trabajo no clásico y flexibilidad. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 315-330, maio/agosto. 2013b.

TRINDADE, Hélió (Org.). **Universidade em ruínas**: na república dos professores. Petrópolis/RJ: Vozes; Rio Grande do Sul: CIDEPEs, 1999.

TRINDADE, Hélio (Org.). As metáforas da crise: da “universidade em ruínas” às “universidades na penumbra” na América Latina. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Universidade na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo. In: Reunião anual Anped, 24, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu/MG, 2000.

Endereço para correspondência:

Nadine Gualberto Agra – nadineagra@yahoo.com.br
Rua Baraúnas, Bairro Universitário
58429-500 Campina Grande/PB, Brasil